

Hora do Aperto *Clon. Brasil*

O presidente Itamar Franco vai passar à história como o governante que teve a coragem de disciplinar as finanças públicas e enfrentar as raízes da inflação. O veto a aumentos nos dissídios salariais das estatais, concentrados a partir de agosto, atesta o seu empenho na arrumação da própria casa. O governo estendeu aos empregados das suas empresas os sacrifícios que há muito vêm sendo feitos pela sociedade, mesmo porque não há melhor recomposição salarial do que a queda da inflação, como deixou claro o ministro Rubens Ricupero.

Para ser bem-sucedido, o plano de estabilização exige sacrifícios gerais e persistência na execução das medidas econômicas para erradicar as causas da inflação. Além da indexação de preços e contratos pela alta de preços passados, uma das causas primárias da inflação no Brasil é o déficit público.

O trabalhador do setor privado aprendeu, nesses longos anos de crise, como tem sido difícil manter o emprego, quanto mais obter aumento real de salário. O alto contingente de desempregados tem facilitado a rotatividade da mão-de-obra. Quem não apresenta produtividade é logo substituído por mão-de-obra mais barata. É a inexorável lei do mercado.

Na empresa estatal, que funciona, na prática, como o serviço público, porque as demissões são exceção e a produtividade raramente é exigida, os aumentos reais de salários obtidos pelo corporativismo acabaram valendo como uma afronta ao conjunto da sociedade, que tem sido desassistida pelo Estado no campo da sua responsabilidade social.

A argumentação de que os aumentos decorrem de acordos diretos com as empresas, que transferem lucros para os trabalhadores, nem sempre é verdadeira. Muitas vezes as empresas esta-

vam no prejuízo. Ou os aumentos reais de salários implicaram perda de lucros que seriam absorvidos pelo Tesouro Nacional — acionista controlador — e revertidos à sociedade sob a forma de aplicações no campo social.

Se há um segmento dos assalariados brasileiros que conseguiu ser poupado do achatamento salarial provocado pelo processo inflacionário, ou o que é pior, do desemprego causado pela recessão, este é o feliz colegiado dos empregados das estatais. A inflação, a recessão ou eventuais prejuízos, nada foi obstáculo para impedir a obtenção de aumentos reais de salários, quase sempre acima dos ganhos de produtividade.

A decisão do governo, que representa a União como acionista controlador das estatais, é altamente ética. É a vez de apertarem o cinto os empregados das estatais, que ainda gozam dos privilégios concedidos pelos fundos de pensão a seus associados, através de empréstimos de longo prazo para a compra de imóveis, automóveis ou a título de crédito pessoal. É uma forma de reparação de uma injustiça.

O mesmo princípio ético da reparação de injustiças pede, no entanto, visão diferente para a questão salarial dos militares. Do mesmo modo que a reforma estrutural do Estado deve redimensionar o tamanho e as funções empresariais exercidas pelo Estado, aguarda-se a redefinição do papel e do tamanho das Forças Armadas.

Entretanto, a situação salarial dos militares é exatamente oposta à dos empregados das estatais. Os militares, da base à oficialidade, estão até mais achatados do que a maioria dos trabalhadores privados e precisam de urgente recomposição salarial que lhes restaure a dignidade. Se o governo quer manter a coerência na gestão dos recursos públicos, deve cuidar de reparar essa injustiça que inquieta os quartéis.